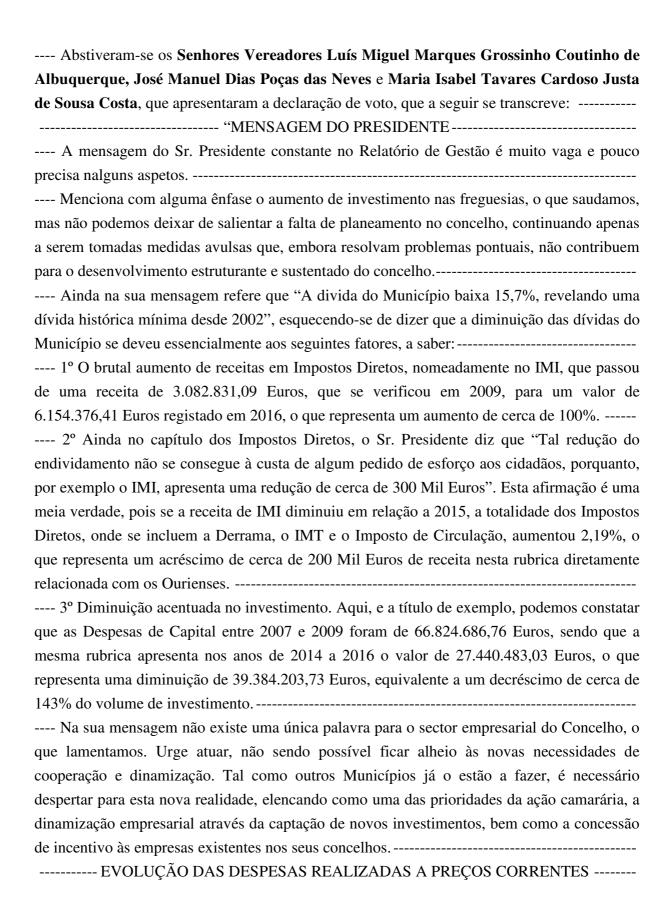


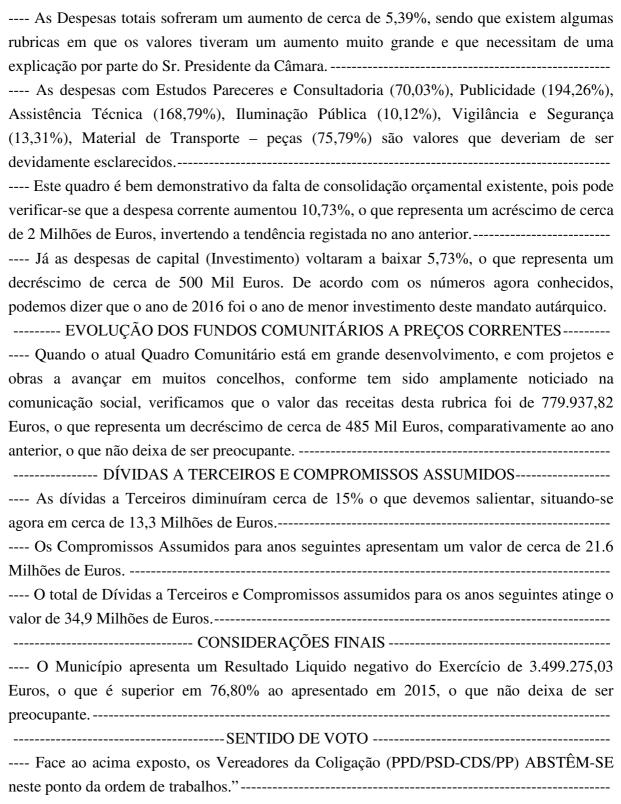
ATA N.º 10 (REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA)

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, na Cidade de
Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada,
reuniu, extraordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor PAULO ALEXANDRE HOMEM DE OLIVEIRA
FONSECA, os Senhores Vereadores: LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO DE ALBUQUERQUE, NAZARENO JOSÉ MENITRA DO CARMO,
JOSÉ MANUEL DIAS POÇAS DAS NEVES, MARIA LUCÍLIA MARTINS VIEIRA,
MARIA ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e ANTÓNIO
ALFREDO MANALVO DA SILVA, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da
Divisão de Atendimento ao Munícipe
OOXXXOO
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
OOXXXOO
000
RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO
MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2016
O Ex.mo Presidente da Câmara apresentou o Relatório de Gestão e a Prestação
de Contas do Município, referente ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de
2016
A CÂMARA DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR OS
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDICADOS EM EPÍGRAFE E
REMETÊ-LOS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL , NOS TERMOS DA ALÍNEA I), DO N.º
1, DO ARTIGO 33.°, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, PARA
EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA L), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO REFERIDO
DIPLOMA LEGAL











1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL - ANO ECONÓMICO DE 2017 -----

- 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita Ano económico de 2017 -----
- 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa Ano económico de 2017; -----
- 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2017/2020. -----

---- Quadro resumo da alteração proposta apresentada: -----

------Quadro – Resumo do Orçamento da Receita -----

uni: Euro

D:	Previsões	Inscrições/	Diminuições/	Dotações
Designação	Actuais	Reforços	Anulações	Corrigidas
Receitas correntes	27 165 278,00			27 165 278,00
Receitas de capital	11 908 558,00		355 756,98	11 552 801,02
Outras receitas	114,00	4 155 756,98		4 155 870,98
Total de Receitas	39 073 950,00	4 155 756,98	355 756,98	42 873 950,00

---- Neste âmbito, afecta-se à receita municipal o saldo orçamental da gerência apurado referente ao exercício de 2016 (conforme mapa de fluxos de caixa constante nos documentos de prestação de contas de 2016, no qual se apurou um saldo positivo de 4.155.756,98 euros), tendo como contrapartida uma anulação parcial em 355.756,98 euros nas transferências de capital do Orçamento de Estado – Outras). Em suma, o orçamento global da receita do município sofre um aumento em 3,8 milhões de euros.

------ Quadro – Resumo do Orçamento da Despesa ------

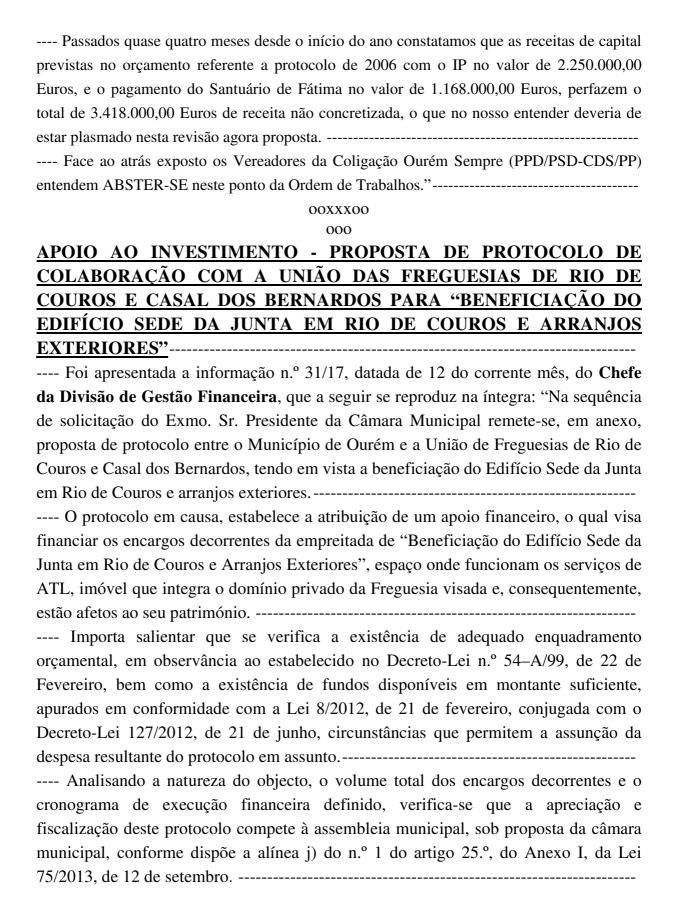
uni: Euro

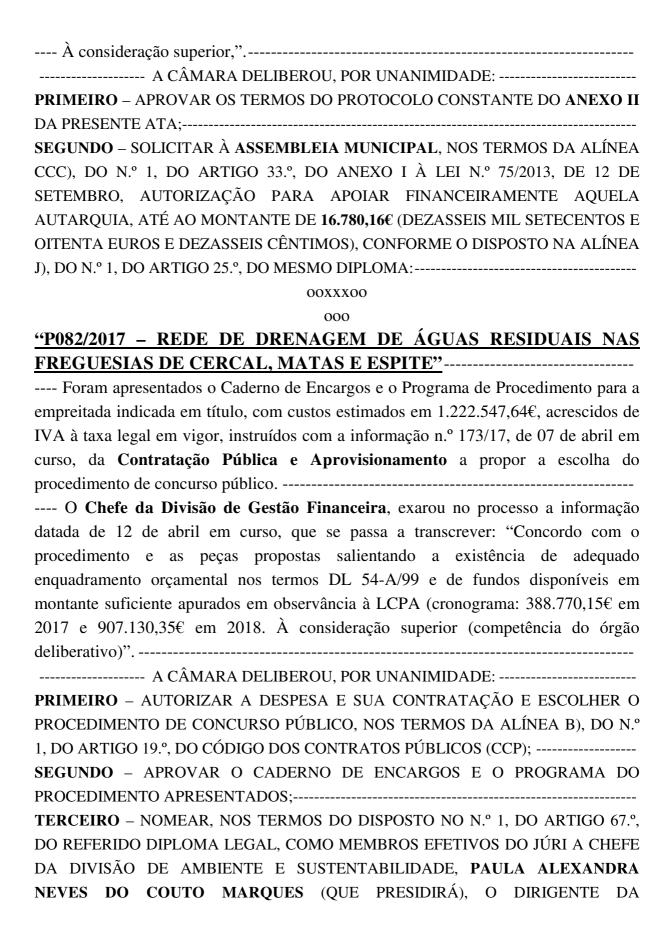
Designação	Dotações Actuais	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Dotações Corrigidas
Despesas Correntes	22 210 450,00		0,00	22 210 450,00
Despesas de Capital	16 863 500,00	3 800 000,00	0,00	20 663 500,00
Total de Despesas	39 073 950,00	3 800 000,00	0,00	42 873 950,00



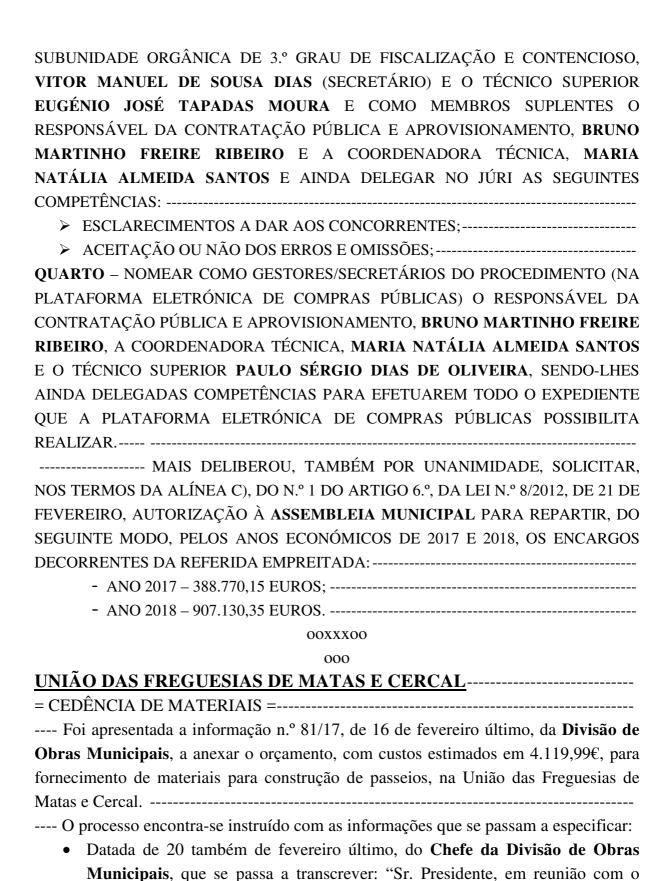
Neste contexto, face ao aumento global das receitas em 3,8 milhão de euros,
efetuaram-se as seguintes inclusões/correções:
✓ Aumento em 250 mil euros (Apoio ao investimento de associações culturais);
✓ Aumento em 500 mil euros (Apoio ao investimento das associações
desportivas);
✓ Aumento em 500 mil euros (Apoio ao investimento das IPSS's);
✓ Aumento em 1 milhão de euros (Beneficiação de Infraestruturas Urbanas em
Fátima – Centenário das Aparições);
✓ Aumento em 250 mil euros (Requalificações urbanas diversas – Cidades e
Vilas);
✓ Aumento em 1,3 milhões de euros (Recuperação e Beneficiação de estradas e
caminhos municipais)
Em resultado das alterações promovidas ao orçamento da despesa (incluindo
GOP's), o seu valor global aumentou 3,8 milhões de euros, mantendo-se, deste modo,
o princípio do equilíbrio, em virtude de igual aumento ocorrido no orçamento da
receita
Note-se que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12
de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal,
aprovar as revisões orçamentais
À consideração superior,"
A CÂMARA, DEPOIS DE ANALISAR OS DOCUMENTOS ACIMA
REFERENCIADOS, DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PRIMEIRA REVISÃO
ORÇAMENTAL, PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017 E REMETÊ-LA À
ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A), DO N.º
1, DO ARTIGO 25.°, DO ANEXO I À LEI N.° 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
Abstiveram-se os Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de
Albuquerque, José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa
de Sousa Costa, que apresentaram a seguinte declaração de voto: "Vem a esta reunião de
Câmara Extraordinária a 1º proposta de revisão orçamental - ano económico de 2017, que
prevê um reforço de 3.800.000,00 Euros, que provêm do saldo orçamental de receita referente
ao exercício de 2016
Sendo um procedimento normal, estranhamos no entanto que não se tenha procedido de
igual forma a uma revisão da receita de capital
Aquando da apresentação do orçamento para 2017, apresentamos uma declaração de voto
onde referíamos o empolamento de alguns desses valores



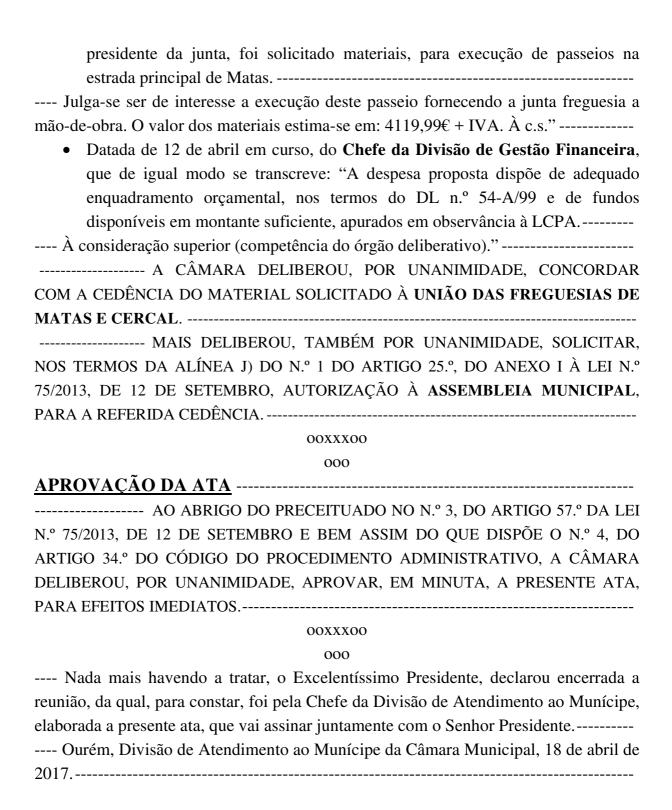














O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 18/04/2017

1. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Relatório de gestão e prestação de contas do Município referentes ao ano económico de 2016;
- = 1ª. Revisão Orçamental Ano económico de 2017 Informação n.º 29/17, de 12 de abril em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Apoio ao Investimento Protocolo de colaboração entre o Município de Ourém e a União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos Informação n.º 31/17, de 12 de abril em curso, do Chefe da DGF.

1.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

= "P082/2017 – Rede de drenagem de águas residuais nas Freguesias de Cercal, Matas e Espite" – Informação n.º 173/17, de 07 de abril em curso, da Contratação Pública e Aprovisionamento.

2. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

= União das Freguesias de Matas e Cercal – Cedência de materiais – Informação n.º 81/17, de 16 de fevereiro último, da Divisão de Obras Municipais.

Câmara Municipal de Ourém, 12 de abril de 2017

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



APOIO AO INVESTIMENTO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE RIO DE COUROS E CASAL DOS BERNARDOS – "BENEFICIAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA JUNTA EM RIO DE COUROS E ARRANJOS EXTERIORES"

PREÂMBULO

Considerando que:

- 1. O Edifício Sede da União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos é utilizado para funcionamento dos serviços de ATL.
- 2. Os municípios dispõem de atribuições quer no domínio do equipamento rural e urbano, quer nos domínios dos tempos livres e desporto, de acordo com as alíneas a) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 3. As freguesias dispõem de competência próprias, seja no âmbito do equipamento rural e urbano, seja no relativamente nas áreas da cultura, tempos livres e desportos, de acordo com as alíneas a) e d) do n.º 2 do artigo 7.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 4. As receitas próprias e as verbas provenientes do Orçamento de Estado, afetas às Freguesias, são manifestamente insuficientes para a prossecução das suas atribuições.
- 5. Os municípios devem promover a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

Pelo exposto e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490–499 Ourém



representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;

е

SEGUNDO OUTORGANTE: União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 839 240, com sede na Rua Gaspar Moreira, n.º 19, em Rio de Couros, representada neste ato pelo Presidente da respetiva Junta de Freguesia, Manuel Lourenço Dias.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objecto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da beneficiação do Edifício Sede da Junta em Rio de Couros e arranjos exteriores., conforme projeto técnico previsto em Anexo – I.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 16.780,16€ (Dezasseis Mil, Setecentos e Oitenta Euros e Dezasseis Cêntimos), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- **3.** Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. Maio de 2017: 8.390,08 euros;



- b. Julho de 2017: 8.390,08 euros.
- O pagamento da segunda prestação (última) está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagamento será efetuado por transferência bancária, para a conta bancária da União
	de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, com o número de identificação
	bancária, da entidade bancária
	, conforme consta no Anexo - II, que faz
	parte integrante do presente protocolo.

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);



- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;
- g) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização da obra objecto de apoio)

A obra executada deverá será objecto de fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.



CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.



CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	
O presente Protocolo de Colaboração compre folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser folha 7, em virtude de conter as assinaturas do	rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da
Celebrado aos () dias do mês de igual teor e validade, destinando-se cada um d	
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,



